

Por Ellen Conceição Barbosa Fortunato de Souza

Graduanda em
Relações Internacionais
pela Universidade
Federal Fluminense
(UFF).

Recebido em: 08/03/2021
Aprovado em: 07/03/2022

POLÍTICA EXTERNA DO REGIME MILITAR E A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA EM CADA GOVERNO

FOREIGN POLICY OF THE MILITARY REGIME AND NORTH AMERICAN INFLUENCE ON EACH GOVERN-

RESUMO: Aqui será mostrada a atuação externa do Brasil ao longo de todo o período de governos militares (1964-1985), que, indo de encontro à relação com a potência norte-americana, mostra alguns pontos a que chegou a ambição brasileira em se tornar a potência média internacionalmente reconhecida e apoiada pelo governo dos EUA.

Palavras-chave: regime militar; política externa; Estados Unidos da América.

ABSTRACT: Here will be shown the external action of Brazil throughout the period of military governments (1964-1985), which, going against the relationship with the American power, shows some points of the Brazilian ambition to become the internationally recognized and supported average power by the US government.

Keywords: military regime; foreign policy; United States of America.



1 INTRODUÇÃO

O período entre as décadas de 1960 e 1980 foi, de modo geral, protagonizado por grandes mudanças no contexto internacional. Dentro do mundo bipolar da época existia a corrida da Guerra Fria, onde, implicitamente, o lado da disputa que conseguisse adquirir mais influência ao redor do mundo e, principalmente, dos países periféricos, se tornava o dominante.

Sabendo disso, muitos países periféricos tomaram suas posições, escolhendo alinhar-se aos Estados Unidos (EUA) ou a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fosse por afinidade ideológica, fosse pelas suas ambições políticas e econômicas. Em todo caso, os países que alinhavam seus comportamentos aos das potências em guerra, tinham uma grande tendência a assumir um papel de dominância sobre a região onde se localizavam (CALADO; GOBO; ZETTERMANN, 2018, p. 336). Na América Latina não poderia ser diferente.

Vista como uma área de grande potencial em alianças, a América Latina atraiu a atenção das duas potências centrais, principalmente, por serem essenciais para fortalecer o poderio da hegemonia que surgisse daquele embate que a época atravessava. EUA e União Soviética se apressaram em fortalecer os vínculos com os países de maior potencial influenciável da região, com os quais, até então, mantinham relações mornas.

O lado soviético da Guerra tratou de se aproximar dos países com ideologias de governo inclinadas ao comunismo — o que era maioria na região —, inflamando ainda mais as insatisfações populares e as tendências a revoluções e guerras civis, ainda que estes fossem movidos pelos mais variados fatores. Por outro lado, os Estados Unidos — ainda que tendo um espaço ideológico menor dentro da América Latina — firmaram proximidade com um antigo aliado comercial, até então colocado em modo de espera com suas solicitações e já estabelecida maior potência local: o Brasil (MIYAMOTO, 2013, p. 9).

É nesse contexto belicoso que entram as estratégias dos governos do Brasil ao longo do regime militar, tentando se encaixar na conjuntura internacional. De modo geral, ocuparam-se dois cenários: em alguns momentos, houve um alinhamento mais estreito com os Estados Unidos e, em outros, um comportamento mais independente. Pode-se dizer que, superficialmente, o alinhamento entre eles ocorreu, ao longo da história recente do Sistema Internacional, de forma intercalada.

Entretanto, é importante ressaltar que, em toda administração política,

o cenário doméstico, isto é, a relação entre os governantes e seus conselheiros de governo, acaba por influir na política externa. Se dentro do país não houver uma boa relação, provavelmente não haverá uma boa imagem no campo externo, e isso pode levar a uma maior suscetibilidade à influência externa, atitudes inseguras e precipitadas, além de futuros desgastes que poderiam ser evitados com organização e planejamento.

Iniciando o resumo da política interna brasileira, durante o governo de Castello Branco, havia um consenso doméstico que compactuava com a ideologia norte-americana. Ainda que houvesse grupos de opositores insatisfeitos, eles logo eram silenciados pelo grupo formulador do golpe recém-aplicado, que mantinha boas relações com os Estados Unidos.

Pensando de maneira unificada, esse segundo grupo iniciou o governo lançando o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), a fim de melhorar a estrutura econômica interna para que a grande potência enxergasse o país como um bom local de investimento. Logo, observa-se que o bom momento que se instaurou dentro do grupo implementador do golpe, além do controle dos adversários e a predisposição doméstica ao anticomunismo norte-americano, permitiram — e, há de se dizer, solicitaram — que os EUA influenciassem em sua política externa.

Enquanto isso, no período de Costa e Silva, o cenário doméstico estava conturbado. Mesmo estando em um bom período econômico, fruto do PAEG, sucedido pelo lançamento do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), o governo se viu tendo que resolver questões políticas. Grupos opositores ganharam força e passaram a avançar de maneira mais incisiva contra o governo, o que fez com que a administração levasse o Brasil ao que fora posteriormente intitulado como os Anos de Chumbo.

Somado a isso, estava a perspectiva nacional-desenvolvimentista do novo governo, que não dava tanta abertura ao influxo estadunidense como o anterior, utilizando assim mais do capital interno para os avanços do país. Como explicitado anteriormente, a nova administração defendia que também os Estados Unidos eram necessários para alcançar os objetivos do país e não somente eles.

Porém, eles estavam concentrados em colocar ordem na política doméstica. Ademais, não havia concordância entre os dirigentes brasileiros e Washington quando o assunto era o pensamento imperialista sobre o Terceiro Mundo. Logo, houve um ligeiro afastamento entre os dois países, certamente acompanhado de doses de hostilidades trocadas por ambos.

Já no governo Médici, com o aprofundamento das repressões políticas domésticas através da elaboração primeiro do Destacamento de Operações e Informações (DOI) e depois do Centro de Operação de Defesa Interna (CODI), formadores do sistema DOI-CODI, houve a reaproximação entre o bloco capitalista e o Brasil. Nesse ínterim, havia a empolgação que o milagre econômico herdado da administração anterior estava proporcionando à economia nacional, propiciando ao país personalidade e autonomia.

De qualquer forma, verifica-se que, ainda que permanecesse o objetivo desenvolvimentista, havia uma afinidade ideológica de governo que permitia que os dois países voltassem a deliberar; retornara a idiosincrasia em busca da aprovação internacional, similar a que se fez presente na primeira gestão do período.

Com Geisel a política doméstica enfrentou alguns desafios, começando pelo período de recessão econômica e altas taxas inflacionárias que eles encontraram no país. Houveram também algumas mudanças nos cargos administrativos dos homens de confiança do General que levaram a alguns conflitos no seio do governo (MIYAMOTO, 2013, p. 8). Faz-se necessário lembrar também que, nesse período, o governo entrou com o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Por fim, partidos opositores estavam aproveitando a situação conturbada e a insatisfação popular para tomar força e ameaçar a soberania do governo da época. Ainda assim, o sentimento era de reorganização da casa — nesse momento ocorre a aprovação do Ato Institucional 11, devolvendo a democracia para a população. Esse levante de débitos domésticos, somado ao viés ideológico da elite militar daquele mandato e a política externa independentistas, levaram, novamente, ao afastamento de uma potência capitalista que, mais uma vez, sentia inquietação quanto ao comportamento do governo brasileiro.

Já no último mandato do regime, observa-se que o clima interno era de apaziguamento. Empenhou-se em redemocratizar o país com a volta das eleições populares, bem como em realizar o ajuste de outros arranjos institucionais. Esse pensamento teoricamente mais organizado da política interna foi levado para o âmbito externo e insatisfez ainda mais a potência do norte. A relação entre ambos — se obteve alguma mudança —, pode-se dizer que foi direcionada a contendas, assim como ocorrera outras vezes no período.

A partir desse panorama doméstico, verifica-se que a proximidade dos Estados Unidos com o Brasil dependeu do quão empenhado em sucumbir à preponderância norte-americana o segundo país estava. Essas observações gerais mostram

que não era unânime o remate de que do mesmo modo como os assuntos internos eram tratados, assim seriam os externos; e leva-se ao risco dizer que, além dessa igualdade de suposições ser o que esperava a potência capitalista, foi isso o que levou a relação no período de um início promissor para um fechamento conturbado.

Porém, ao serem analisados mais profundamente, observa-se que esse liame foi bem mais complexo e ambicioso, apesar de objetivar unicamente a transformação do Brasil de grande potência regional para uma potência emergente em escala mundial. Dependendo da linha de ação estabelecida, levava a um vínculo de caráter consistente com os Estados Unidos.

A seguir, serão destacados os principais pontos de ligação entre cada governo do regime militar com visão mais alinhada ao pensamento anticomunista da potência norte-americana, bem como o que levou os governos mais pragmáticos a desenvolver um papel com mais protagonismo nessa relação, ainda que não a cortasse de vez - remetendo à política externa uma vez pensada por San Tiago Dantas e Azeredo da Silveira (CALADO; GOBO; ZETTERMANN, 2018, p. 336).

Dessa forma, serão expostas as políticas externas de três gerais e dois marechais, sendo eles: Castello Branco com a Diplomacia da Interdependência; Costa e Silva com a Diplomacia da Prosperidade; Médici com a Diplomacia do Interesse Nacional; Geisel com o Pragmatismo Responsável; e, por fim, Figueiredo com a Política Universalista.

2 GOVERNO DE HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO (1964-1967)

Na primeira administração do regime militar houve o total descolamento das estratégias internacionais do antigo governo de João Goulart em sua Política Externa Independente. Procurando agir sempre com cautela, principalmente em se tratando dos Estados Unidos — seu principal parceiro comercial —, o antecessor de Castello Branco ansiava por obter o avanço internacional do Brasil através do equilíbrio entre a oposição ao governo e o instável humor norte-americano (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 215).

Com os ânimos das políticas doméstica e externa brasileira alterados pelas tendências regionais à adesão ao socialismo — intensificados com a Revolução Cubana, ocorrida anos antes —, Castello Branco voltou atrás em muitas das táticas tomadas pelo governo anterior e assumiu um posicionamento bem mais direciona-

do à relação leste-oeste, aderindo ao anticomunismo contra os países latino-americanos. Ele buscava a aprovação norte-americana para, assim, conseguir o apoio político e financeiro da potência, a fim de consolidar o Brasil como maior potência da América Latina, em ascensão internacional.

Sentindo-se em dívida com os estadunidenses por conta do apoio que recebeu para consolidar o Golpe de 1964 — na Operação *Brother Sam* —, ele deu espaço para os conselhos políticos transmitidos pela elite especialista da Escola Superior de Guerra (ESG) e procurou reafirmar seu apoio ao lado capitalista da bipolaridade (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 216). Isso concedeu aos Estados Unidos uma ampla área de manobra anticomunista no continente; sendo o Brasil a maior potência latino-americana, logo, tinha grande influência sobre a vida política de seus vizinhos.

Nesse íterim, propôs-se a reformulação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). O governo brasileiro acreditava que através dessa revisão, firmaria-se um compromisso mútuo que beneficiaria todos os lados. Todavia, os norte-americanos não se comoveram com a alegação de necessidade dessa reformulação, principalmente porque viam que a atualização potencialmente tiraria benefícios que eles detinham sobre sua zona de influência.

De qualquer maneira, ao assumir postura mais ativa dentro das pautas regionais, a vizinhança passou a ver o Brasil aliado dos Estados Unidos como possível aspirante imperialista, o que dificultou muitas das discussões entre a diplomacia brasileira e seus conterrâneos regionais. Além disso, o plano de se mostrar dominante na política externa do entorno não surtiu o efeito esperado em Washington e o Brasil se manteve em escanteio aos olhos da potência capitalista — que já estava, inclusive, entrando em um ciclo de coexistência pacífica com o bloco socialista.

Os EUA não tinham pretensão de alimentar os propósitos desenvolvimentistas brasileiros e não viam vantagens em ceder às solicitações do governo de Castello Branco quanto à interdependência, principalmente quando esta envolvia sequer o alvitre de outro centro conhecedor de tecnologia nuclear senão eles. Desse modo, o Brasil se ateve mais uma vez ao posto de um meio para um fim norte-americano, garantindo nenhum dos apoios aos quais ansiava ao longo da administração e, conseqüentemente, não conseguindo alcançar seu almejado espaço nos grandes nichos internacionais.

3 O GOVERNO DE ARTHUR DA COSTA E SILVA (1967 - 1969)

Enquanto isso, sob a chefia de Costa e Silva, o foco do governo voltou — ainda que de maneira reformulada — para a independência da política externa brasileira, idealizada por João Goulart enquanto este ainda estava na direção do país. Mesmo com o breve período próspero dentro dos fóruns internacionais de cooperação, em dado momento, observou-se que a participação brasileira neles não trazia vantagens significativas para o desenvolvimento do país.

Essa constatação levou o governo a assumir o velho conhecido viés terceiro-mundista, criticando e reivindicando o espaço brasileiro no ordenamento econômico internacional — empenho fomentado pelos bons resultados econômicos que o (PED) estava proporcionando. A partir dessas contestações, as investidas nas relações multilaterais que priorizassem países em desenvolvimento afloraram, e assim surgiu o Grupo dos 77.

Desse modo, observando também o contexto internacional no bloco comunista que, até então, ia para além de sua alçada — houve uma diluição que transformou União Soviética e República Popular da China de grandes aliadas a potenciais rivais que foram em busca do domínio em influência sobre os outros países comunistas —, Costa e Silva se afastou do alinhamento com o eixo leste-oeste e assumiu o posicionamento alinhado ao eixo norte-sul. Arelada a esse novo posicionamento brasileiro dentro do Sistema Internacional estava uma lista de tópicos a serem resolvidos dentro e fora do governo, habilmente ilustrada pelos autores Williams Gonçalves e Shiguenoli Miyamoto (1993):

1) as pretensões monopolizadoras das grandes potências sobre as tecnologias de ponta, especialmente sobre a da energia nuclear; e 2) a estrutura do comércio internacional, favorável aos países desenvolvidos e desfavorável aos países subdesenvolvidos. [...] 3) a expansão do comunismo; 4) as pressões internacionais para que os subdesenvolvidos adotassem políticas de controle da natalidade; 5) as tentativas das grandes potências de monopolizar a exploração do espaço cósmico e do fundo dos oceanos; e 6) o desejo das corporações multinacionais de dominar o mercado latino-americano. (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 222)

Os principais atores de negociação nas relações exteriores do Brasil passaram a ser aqueles que poderiam fornecer ferramentas que propiciassem o desenvolvimento brasileiro, como Europa — mais especificamente, Alemanha Ocidental — e Japão (SOUZA, 2013, p. 3). A saída gradual do Brasil dos principais fóruns internacionais e o rumo que o governo Costa e Silva tomou de pensar a política externa brasileira de maneira mais independente ao controle dos Estados Unidos, não satisfez o governo norte-americano. A tensão entre os dois aumentou com a assinatura do Tratado do México (Tlatelolco) em 1967.

Com a constante recusa do Brasil em assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), sob o argumento de que era extremamente injusto para as pequenas e médias potências, o governo resolveu participar do Tratado de Tlatelolco. A intenção era auferir um meio-termo e demonstrar para o grande parceiro norte-americano que as únicas intenções brasileiras em relação aos investimentos em tecnologias nucleares eram de caráter científico.

Ainda assim, a potência norte-americana não se agradou. Diante das atitudes autonomistas de seu aliado, sentiu que o antigo controle sobre o governo brasileiro estava se esvaindo, ainda que minimamente; esse pensamento acabou resultando no desencadeamento de medidas protecionistas tomadas por eles em cima da exportação brasileira. No entanto, essas medidas levaram a não mais do que pequenas tremulações na relação, uma vez que, apesar das divergências de argumentos na cooperação econômica, os dois países mantinham e sempre reforçavam fortes laços ideológicos, principalmente no que se relacionava ao combate da propagação do comunismo na América Latina (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 223).

4 O GOVERNO DE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969-1974)

No mandato de Médici, o governo tomou um caminho quase totalmente oposto ao de Costa e Silva, apesar de também ter se empenhado em expandir o protagonismo brasileiro no cenário internacional. Um dos principais fatores que favoreceram essa atitude foi o período de bom nível inflacionário em que o país se encontrava, que permitia que ele assumisse posicionamentos internacionais dotados de mais personalidade.

Os altos índices do PIB na economia doméstica permitiam um desenvolvimento a partir do uso de capital interno. Eles se mantiveram em escala elevada por todo o governo, chegando ao seu ápice ao atingir 14 pontos percentuais em 1973 (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 224). Essa vantagem, acreditava-se, levaria o Sistema Internacional a aceitar o Brasil no grupo das grandes potências.

Com influência e autonomia, o país conseguiria se destacar do grupo das potências médias do qual, em um contexto geral, fazia parte. Essa convicção fora sintetizada pelo então Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa. Ele elaborou uma lista que compendiava a política externa do novo governo de forma a deixar claro seu posicionamento e suas principais ambições.

1) o Brasil defende a mudança das regras de convivência internacional, é contra

a cristalização de posições de poder e se recusa a crer que a história se desenrole necessariamente em benefício de uns e prejuízo de outros países;
 2) consideramos que, à medida que um país cresce, cabe-lhe uma parcela de decisão cada vez maior dentro da comunidade internacional, e não devemos deixar de usá-la em favor dos povos que, como o nosso, aspiram ao progresso;
 3) a verdadeira paz não pode ser identificada como a simples manutenção do status quo, como resultado do equilíbrio de poder, nem ser instrumento de ampliação da distância que separa as nações ricas das nações pobres; implica, ao contrário, a mudança das regras do comércio internacional e a alteração do mecanismo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico, pois não há verdadeira paz sem desenvolvimento.
 4) nossa posição é, portanto, de ativa solidariedade com os países em desenvolvimento, competindo à nossa diplomacia estreitar o entendimento com os povos que travam conosco a dura batalha do progresso;
 5) nossa política externa deve ser global, de íntima cooperação com os países desenvolvidos. (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 225).

No entanto, ao mesmo tempo que esse discurso direcionava a um trabalho mais individual, isto é, mais desgarrado do grupo das potências médias, ele remetia a cooperação com diversos países, incluindo os Estados Unidos. Essa atitude serviu para nada mais que aumentar a desconfiança do restante da América Latina.

A potência norte americana não via as movimentações do Brasil dentro e fora da região com bons olhos. Atitudes como a construção da usina de Itaipu, o esquema de importação de matérias-primas e exportação de manufaturados, além de acordos bilaterais de cooperação técnico-científica, estreitamento de relações com países produtores de petróleo, dentre outras coisas, eram associadas às de um país imperialista.

Como forma de reforço a essa tese das imediações latino-americanas, o forte anticomunismo americanista voltou, com ainda mais força que no governo anterior, aos holofotes brasileiros, fazendo com que o mandato Médici tenha sido o mais agressivo nas repressões daqueles considerados antagônicos ao governo. Isso selou as suspeitas de que cada passo que a política externa brasileira dava era para se aproximar do hall das grandes potências.

O nível de violência por parte das forças armadas sobre os populares aumentou exacerbadamente e, para além das fronteiras brasileiras, foram criadas pelo menos três táticas de repressão aos governos vizinhos taxados como futuras ameaças ao Brasil por terem ideologia comunista (MIYAMOTO, 2013, p. 12). Não é necessário mencionar que, com essas atitudes, a relação do Brasil com os países vizinhos ficou ainda mais tensa.

Os Estados Unidos, por sua vez, trataram de garantir que o comunismo em uma de suas principais zonas de influência não se enraizasse. Para tanto, foram oferecidos discursos de bajulação quanto ao prestígio brasileiro, bem como sutis comentários descontentes vindos de Washington a respeito do que estava acontecendo na América Latina, a fim de incitar o Brasil a tomar uma atitude. Em maneira

de reforçar essa persuasão, o 37º presidente norte-americano, Richard Nixon, declara ao então presidente brasileiro, em tradução livre, que “para onde o Brasil for, assim irá o resto do continente latino-americano” (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 226).

Valendo-se, conjuntamente, do descontentamento das direitas de dentro da região, houve intervenção brasileira nos processos eleitorais e políticos do Uruguai (1971), da Bolívia (1971) e do Chile (1973) — são essas as três táticas. A lógica era a de que, com essas intervenções, o Brasil frearia a ameaça que ganhava força nos arredores e provaria sua imponência no continente, se mostrando tão soberano quanto qualquer outra grande potência. Em suma, a intenção dele era circular entre os grandes países imperialistas mostrando sua capacidade de controlar a rebeldia opositora.

Porém, essa conduta ambiciosa da elite militar brasileira passou a insatisfa-zer os objetivos da potência capitalista. O que os Estados Unidos queriam era um aliado de dentro da região, influenciável o bastante para realizar o trabalho pesado de manter os arrabaldes sob controle, não uma potência em ascensão que se sentia confiante o suficiente para ser uma possível concorrência — mesmo que essa possibilidade estivesse longe de se tornar real.

A iniciativa do Brasil em estabelecer o controle sobre o Atlântico Sul, bem como aumentar seu limite no Mar Territorial para 200 milhas náuticas desestabilizou a relação entre ele e a potência Ocidental (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 228). Somando-se à antiga rusga que a recusa por parte do governo brasileiro em assinar o TNP gerou, e as atribulações que surgiram na balança comercial, favoráveis ao Brasil, os dois países passaram a revisar sua relação bilateral, retendo certa cautela quando se tratava do país oposto.

5 O GOVERNO DE ERNESTO GEISEL (1974-1979)

Já durante o governo Geisel, o Brasil direcionou seu campo de negociações a vários países como potências regionais do Oriente Médio, da África, da Ásia e da Europa (SOUZA, 2013, p. 5). A intenção de Geisel era trazer o desenvolvimento para o Brasil, desconsiderando ao máximo o polo ideológico a que esses países pertenciam.

Acredita-se que o governo anterior tenha sido base para o atual se manter mais distante da ideologia que circundava os resquícios do antigo cenário interna-

cional bipolar, assumindo um viés mais voltado para o multilateralismo. Sua preocupação era conseguir realizar essa manobra na política externa sem que o Brasil fosse influenciado pelas ideologias dos países com quem negociava. Daí vem o “responsável” do título de sua campanha de governo (SOUZA, 2013, p. 5).

Sendo assim, eles trataram de estreitar relações com aqueles cujos quais se mantinha distante até então, em especial, os países do bloco socialista. Aproximou-se da potência asiática em ascensão, a China; defendeu veementemente a cooperação Sul-Sul; declarou apoio às colônias portuguesas que estavam em processo de emancipação na África, visando um futuro favorecimento comercial; e foi categórico na censura ao colonialismo (CALADO; GOBO; ZETTERMANN, 2018, p. 345).

Assolado pelo baque no Sistema Internacional que a 1ª Crise do Petróleo causou, o Brasil se certificou de fortalecer laços também com países do Oriente Médio, a fim de obter acesso ao petróleo com mais facilidade, sob um menor custo. Não obstante, domesticamente, Geisel e seus intelectuais trataram de elaborar um combustível alternativo, que permitisse uma independência parcial da necessidade que se tinha do combustível fóssil: da cana-de-açúcar, surge o etanol.

Nesse contexto, destaca-se o abalo já existente que se aprofundou na relação Brasil-Estados Unidos. A potência norte-americana não via com bons olhos esse pragmatismo brasileiro, principalmente porque entendia as atitudes do Brasil como — ainda que mínima — possível ameaça à sua hegemonia; a altercação tomou força com o apoio do governo brasileiro ao Movimento Para a Libertação de Angola (MPLA).

Os EUA, que apoiavam o grupo rival ao MPLA, se sentiram ultrajados com a atitude brasileira, uma vez que esperavam que o país seguisse seus passos e se opusesse ao movimento marxista-leninista. Ao contrário, o Brasil se manteve firme em seu posicionamento, se colocando absolutamente contra o apartheid, o que acendeu um alerta diante da potência norte-americana. Essa atitude do país latino-americano significava para a potência uma aproximação ao bloco socialista e, ao mesmo tempo, uma fissura na relação entre os dois.

O Brasil estava tomando espaço dentro do Sistema Internacional. Defendia pautas desinteressantes para os Estados Unidos, opinava em situações importantes aos menos favorecidos dentro de Organizações que impactam o mundo — como é o caso da defesa da criação da Palestina e da condenação do sionismo como manifestação de racismo nas Nações Unidas —, e assinava tratados que favoreciam

exclusivamente a si e não a relação com seu influenciador.

Além disso, estava mantendo negociações multi e bilaterais com seus vizinhos latino-americanos; fosse auxiliando em seus empenhos — como é o caso do projeto conjunto ao Uruguai para o desenvolvimento da Lagoa Mirim — ou procurando uma barganha em litígios existentes - como é o caso do contencioso com a Argentina por conta da construção da barragem de Itaipu. Para mais, o Brasil se ocupou de manter suas relações com aqueles países os quais mantinha relações consideradas estagnadas, como Colômbia, Venezuela e México (VIZENTINI, 1998, p).

O estopim do abalo ao vínculo para a potência capitalista foi a assinatura de um acordo nuclear secreto com a República Federal da Alemanha, em 1975. Portanto, em uma tentativa de frear os avanços calculados da política externa brasileira, a nova administração de Washington — Jimmy Carter fora eleito presidente em 1976 — seguiu uma série de procedimentos.

Os Estados Unidos começaram aprofundando as críticas contra o multilateralismo do Brasil e suas ações diplomáticas. Com a sensação de efeito não surtido, pressionaram o governo militar brasileiro a desfazerem o acordo nuclear com a Alemanha, lembrando o Brasil do Tratado do México, ainda que os diplomatas de Geisel garantissem que todo acordo nuclear o qual o governo brasileiro se envolvia, visava a aquisição de conhecimento tecnológico suficiente para o desenvolvimento do país.

Outra atitude tomada pelo governo norte-americano foi a pressão estabelecida sobre o Brasil quanto à "Política de Direitos Humanos", idealizada pelo governo Carter. A ideia dessa política era se aproximar dos dissidentes soviéticos que reivindicavam mais direitos democráticos para solapar a estrutura da potência socialista de dentro para fora (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 228). Na ótica norte-americana, os países sob sua influência também deveriam aderir à estratégia.

Como reforço a essa insistência, os congressistas norte-americanos formularam um relatório de cumprimento de normas e enviaram para o governo brasileiro. O Brasil não só declinou com veemência como denunciou os acordos militares realizados entre os dois países em 1952. Quanto a essa política, Gonçalves e Miyamoto (1993, p. 239) comentam que:

A política dos direitos humanos do governo Carter havia redundado em fracasso. Os dissidentes soviéticos não promoveram mudanças assinaláveis e, em contrapartida, a União Soviética ocupou militarmente o Afeganistão. Por outro lado, foram apeados do poder importantes aliados dos Estados Unidos no Irã e na Nicarágua, ao mesmo tempo em que a Coreia do Sul e a África do Sul entravam numa fase de turbulência.

Por fim, com o denodo do Brasil ante suas reprimendas, a potência ocidental tomou uma atitude que se manteria influente ao país até o governo seguinte: eles aprovaram “a nova lei americana de comércio, marcando uma nova fase de tensões e antagonismos de objetivos na relação bilateral com os norte-americanos” (CALADO; GOBO; ZETTERMANN, 2018, p. 344).

6 GOVERNO DE JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO (1979-1985)

Por fim, o governo Figueiredo tentou seguir a mesma linha de ação de Geisel com a “política universalista”. Ainda que tenha sido o governo que mais durou dentro do contexto do regime militar, não realizou grandes mudanças em sua política externa que o diferisse significativamente da administração anterior.

Juliana Ramos Luiz sintetiza com maestria o cenário daquele momento. Ela alega que, para além de suas fronteiras, o novo governo “enfrentou, com maior peso e intensidade uma conjuntura internacional altamente desfavorável, com um quadro econômico mundial recessivo e a instabilidade das políticas ministradas internamente” (LUIZ, 2011, p. 9).

Dentre os feitos da política externa do último presidente do regime militar, destaca-se a aproximação do Brasil com os vizinhos de dentro da América Latina, principalmente com o surgimento da Nova Guerra Fria. Ele viu ali uma nova oportunidade de colocar em prática o “universalismo” que intitulara sua campanha de governo, uma vez que se fazia necessária a obtenção de novas — e antigas — alianças para manter a estabilidade que o novo cenário bipolar poderia abalar. Percebendo uma certa vulnerabilidade regional, o Brasil tomou para si o papel de reafirmar a importância da Organização dos Estados Americanos, bem como o compromisso dos países membros para com a Organização. Para a elite militar do país e sua equipe de diplomatas do Itamaraty, apenas essa reafirmação garantiria a palavra norte-americana para com os países do Terceiro Mundo, os inibindo de voltar aos hábitos imperialistas uma vez por eles cultivados.

A inquietação brasileira era justamente a reincidência da Guerra Fria e o retorno do anticomunismo americanista. Ainda abalados com a debandada de alguns países que faziam parte de sua zona de influência para o lado do Império do Mal, os Estados Unidos, então governados pelo recém-eleito Ronald Reagan, iniciaram uma missão de recuperação de domínio (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 239). Porém, o Brasil não via tamanhas vantagens em uma revinculação da outrora almejada interdependência entre ele e os Estados Unidos. Sendo assim, já que o se-

gundo não se mostrou nem um pouco aberto às propostas do primeiro, Figueiredo tratou de aproximar o país de praticamente todas as outras opções dispostas ao redor do mundo (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 239).

Ele desaprovou a criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) e se recusou a assiná-lo, levando consigo os outros países que Reagan havia solicitado que fizessem parte do acordo (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 240). Os diplomatas brasileiros acreditavam que a vinculação a essa Organização traria ainda mais insegurança para as fronteiras marítimas da região Sul, uma vez que os Estados Unidos passariam a ter quase que livre acesso a uma faixa territorial maior.

Em contrapartida, o país contrariou as expectativas de Washington e apoiou a criação do grupo de Contadora, em 1982. Ademais, ele fortaleceu negociações com países africanos — relação especial com Angola por conta do apoio ao MPLA —, Oriente Médio e Ásia, onde, principalmente, estabeleceu alianças comerciais com a China e o Japão para seu desenvolvimento tecnocientífico (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 241).

Todas essas ações multilaterais desempenhadas pelo Brasil resultaram no aprofundamento do abalo na relação já conturbada com os Estados Unidos. Ainda assim, ao analisar a política externa do último governo do regime militar, observa-se que o saldo é de definitivo ganho de espaço dentro do Sistema Internacional. Isso proporcionou ao país mais confiança para opinar e, de certa forma, interferir nos múltiplos assuntos aos quais os Estados estão constantemente envolvidos.

7 CONCLUSÃO

Ainda que, de modo geral, a política externa brasileira tomasse suas decisões em busca da inserção do país no grupo das hegemônias mundiais, se adaptando a forma com que o cenário internacional se apresentava, os Estados Unidos tiveram grande participação em muitas das decisões tomadas nos rumos políticos do Brasil. E essa participação refere-se tanto ao sentido positivo quanto ao negativo.

É sabido que as intenções brasileiras, desde o princípio, eram fomentar o desenvolvimento nacional através de investimentos desde a inserção de capital estrangeiro, até o auxílio com estudos de tecnologia. Ainda assim, os Estados Unidos conseguiram, de acordo com a abertura à influência norte-americana dos governos, interferir com maior ou menor expressividade na política externa de cada mandato do regime militar.

Entretanto, analisando todos os acontecimentos dissertados ao longo deste artigo, observa-se que o alinhamento às performances norte-americanas dependiam, consideravelmente, do quão envolvidos com os discursos da potência do norte era cada governante, bem como cada frente política que este representava. Pode-se dizer até que esse era o grande diferencial entre o modo de atuação dos cinco.

A hegemonia ansiava por total sujeição do Brasil e, conseqüentemente, do restante da América Latina. Eles queriam a livre interferência entre os governos, obtendo anuência brasileira em qualquer decisão que tomassem, ainda que fosse para benefício próprio. Ao encontrar frentes brasileiras com personalidade e ambição, eles preferiram o atrito a qualquer sinal de consentimento e incentivo ao projeto Brasil-Potência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALADO, Fernanda; GOBO, Karla; ZETTERMANN, Analice. **Regime Ditatorial Militar, Interesse Nacional e Política Externa Brasileira: Insulamento e Aproximações.** The Autonomy and Dictatorship in Brazilian Foreign Policy, nov. 2018.

FERREIRA, Túlio Sérgio H. **A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985).** Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 49, n. 2, p. 119-136. Brasília, jul./dez. 2006.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p. 211-246.

LUIZ, Juliana Ramos. **A Política Externa do Regime Militar: Entre o Ranço Ideológico e a Atuação Pragmática.** III Encontro Nacional da ABRI. São Paulo, jul. 2011.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Política Externa Brasileira: 1964-1985.** Carta Internacional, v. 8, n. 2, p. 3-19, jul. 2013.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889-2002).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SOUZA, Ismara Izepe de. **A Política Externa Brasileira Durante o Regime Militar (1964-1985): Um Balanço Historiográfico.** XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, jul. 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.